

Cartas

1 - Concorda com a política do governo em relação aos trabalhadores contratados a prazo?

Respeito pela iniciativa dos trabalhadores

Não concordo com a política do governo em relação aos trabalhadores contratados. Julgo mesmo que é uma política estúpida e selvagem.

Não se pode punir toda uma geração de jovens que estão em início de vida e que infelizmente não têm a estabilidade que lhes permita apostar no início de carreira.

A função pública precisa de uma política mais clara no que respeita ao trabalho. Devem ser discutidas novas regras de mobilidade no interior da função pública. Mobilidade entre pessoa dos vários ministérios. Devem acabar-se com as capelinhas. Devem permitir-se que os próprios trabalhadores mudem no interior da função pública. Podem os postos de trabalho mais atraentes ser ocupados por concurso interno. Deve haver estímulos.

Não se pode é tomar medidas estúpidas e irracionais como as do actual governo.

João Dias, 14-6-2002

Não concordo

Esta política de ataque ao trabalho sob contrato a prazo atinge sobretudo jovens em início de carreira. É uma política negativa por atingir quem necessita de iniciar uma carreira. Negativa por não dar estabilidade a quem precisa de assumir encargos decorrentes da estruturação da sua vida pessoal e profissional. Negativa por impedir o rejuvenescimento dos vários serviços. Negativa porque é um incentivo à precariedade na iniciativa privada.

Além de negativa não tem sentido. Com um dos bónus que o governo dá a um grande industrial pagava os salários a dezenas de milhares de trabalhadores.

Tirar a quem tem pouco para dar a quem tem demais é uma política condenável.

Sandra Costa, 22-6-2002

Acabar com as mordomias

A política do governo tem de ser vista na sua globalidade. O caso dos contratos a prazo é só uma particularidade. O governo faz muito bem em ter uma política voltada para acabar com as mordomias criadas pelo Partido Socialista. Foi para acabar com estas mordomias que os portugueses votaram no PSD. Pode descontentar a esquerda que nunca gostou de trabalhar mas o país tem de ser limpo de todos os calaceiros.

Nuno Resende, 23-6-2002

2 - O calendário escolar para o ano 2002-2003, aboliu as pausas escolares. Qual a sua opinião sobre essa medida do Ministério da Educação?

Abolição das pausas escolares

Concordo com a abolição das pausas escolares. Permitem realizar um trabalho mais contínuo com os alunos, começarmos o ano escolar todos ao mesmo tempo o que eu considero positivo. As pausas (não que não me soubessem bem,...) traziam uma quebra no trabalho..os alunos com uma semana sem aulas já não se lembravam do que tinha sido dado antes da pausa....

Bernardete Francisco, 8-6-2002

É preciso outro calendário escolar

Na minha opinião a questão mais importante não é a das pausas escolares.

O mais importante é que o calendário escolar seja elaborado em função de exigências pedagógicas e não em função do calendário religioso ou de outros interesses.

É possível respeitar os feriados religiosos como são o Natal ou a Páscoa sem sujeitar o calendário escolar a essas datas. Não faz sentido ter um 1º período escolar com uma duração superior a 3 meses; um 2º período com cerca de dois meses e um terceiro com pouco mais de um mês. Tudo isto resulta de se tomar como separadores a pausa de Natal e a da Páscoa.

Os três períodos lectivos deviam ser equilibrados. Devia haver pausas pelo meio de modo a permitir a alunos e professores repensar o trabalho e também a descansarem uns dos outros. Admito que paragens de aulas de dois ou três dias pudessem surtir o efeito desejado.

Mas repito, fundamental é pensar o desenrolar do ano em função das necessidades de aprendizagem.

Faço notar que o próximo calendário ao determinar que o ano escolar começa a 16 de Setembro e termina antes do fim de Junho obedece também, muito claramente, ao interesse do turismo e às férias sazonais. Isso não é negativo em si, mas deve ser assumido de forma transparente. Certamente que o turismo e muitos pais agradecem a deferência, mas é preciso ter também em consideração, outros parâmetros na organização do calendário escolar.

Zé Paulo, 14-6-2002

Prepotência e miopia governamental

Primeiramente, todo o processo que levou a esta decisão é sintomático da postura do governo em relação à auscultação das opiniões eventualmente diferentes, e susceptíveis de serem menos populares, ou seja, menos à sua medida.

Em segundo lugar, só uma visão míope não consegue discernir as nítidas vantagens de pausas escolares no meio de longos períodos de aulas.

Finalmente, o já típico "Eu é que sei" do governo vai, certamente, originar uma série de disparates em catadupa.

Paulo Gonçalves, 17-6-2002

Quantidade e qualidade

Esta abolição das pausas escolares determinada pelo ME é apenas uma medida de propaganda. Seria mais útil se o governo tratasse dos problemas sérios das escolas. Ao tomar esta medida com tanta precipitação o ministro quis mostrar serviço de imediato. Podia mostrar serviço dizendo quais as condições materiais mínimas que têm de ter as escolas para iniciarem o próximo ano lectivo. Bastava pensar no que é preciso fazer no 1º ciclo no que toca a instalações escolares e a materiais de apoio. Mas é mais fácil chutar para as autarquias, é que quando todos são responsáveis ninguém é responsável. Enquanto a comunicação social se entretiver com as pausas escolares não se pensa no que é mesmo sério. Só as moscas é que mudam. É pena que tudo continue sempre na mesma.

Rafaela Simões, 21-6-2002

3 - O país deve ter ou não comunicação social pública a par da comunicação social privada?

Bem público

A comunicação social pública é absolutamente fundamental. A comunicação é poder. Não ter televisão pública é como não ter ministério da defesa ou dos negócios estrangeiros. Será que em nome da diminuição

das despesas o governo também pensa privatizar estes e outros ministérios?

Rui Dinis, 7-6-2002

Uma televisão da população

Uma das ameaças à liberdade dos povos é a privatização absoluta da comunicação social. Quem tiver as televisões tem o domínio da opinião no país. A tirania das televisões escapam apenas pequenas minorias sem força para decidir eleições. A maioria da população pensa de acordo com o que pensa a televisão. Manter um sector público de televisão é uma condição necessária para a existência de cidadania e liberdade.

Julgo que a salvaguarda da qualidade, pluralidade e independência da televisão pública deve passar pela sua dependência da Assembleia da República. A televisão não deve depender dos governos mas da Assembleia da República que é onde se confrontam as diferentes sensibilidades políticas nacionais.

Sandra Almeida, 14-6-2002

Regulação e controlo Democrático

A comunicação social ganhou, na sociedade moderna, um poder paralelo ao poder político (ou maior já que o político está refém da comunicação social). Uma democracia não pode prescindir de uma comunicação social pública que assegure isenção e distanciamento em relação à informação que veicula; que se oriente por princípios éticos que garantam o respeito pela individualidade e opinião de cada um e ainda que salvaguarde a dignidade a que todos têm direito.

Para isso, os órgãos de comunicação públicos devem responder perante a Assembleia da República, o único órgão colegial onde estão representadas todas as forças políticas. A comunicação social pública é um "órgão" de regulação e controlo democrático e um meio de difusão cultural ao alcance de todos. Por isso deve ter qualidade, ir ao encontro de públicos diversificados e inverter a lógica de competição com as televisões privadas que só tem resultado numa mediocridade ainda maior.

Natália Dias, 17-6-2002

Dois canais

É certo que a televisão está a evoluir. Com o tempo muita coisa passará pelo cabo. Mas por agora a maioria da população só tem os canais generalistas. As opções da maioria já são poucas visto que os canais privados têm uma programação muito semelhante do tipo se não é telenovela é novela e se não é novela é telenovela. A isto somam-se uns concursos e uns entretenimentos parvos. Não é justo que se condene todo o povo a isto. Devem manter-se os dois canais públicos. Deve-se exigir responsabilidade na gestão económica deste bem que é de todos nós. Devem-nos ser apresentadas contas anuais. Deve-se também exigir responsabilidade na qualidade da programação dos dois canais. O lixo televisivo deve ser rigorosamente banido da televisão pública. Esta deve ser um exemplo de qualidade que respeite vários públicos.

Celeste Monteiro, 22-6-2002

4 - Globalmente, até agora, a actuação do nosso governo foi:

Muito má

Este governo tem feito uma política de barata tonta. Uma política irresponsável. Sobretudo uma política que não tem em conta que as pessoas são pessoas não são números nem objectos.

Pedro Emanuel, 6-6-2002

O nosso Governo

Considero que tem sido razoável pois parece que estão a tentar resolver várias situações graves do país.

No entanto, a forma como o estão a fazer (parece uma metralhadora que dispara contra tudo e contra todos...) é que não parece ser a melhor.

Elsa, 12-6-2002

Desgoverno

Está a ser o que eu esperava, má.

Mesmo dentro do PSD os que têm experiência e responsabilidade política sempre consideraram Durão Barroso (DB) incompetente e impreparado. De repente, por causa da demissão de Guterres, ficaram com um governo na mão.

O PSD não teve tempo de eleger outro pessoal político mais competente. Por questões de interesse partidário deixaram de falar da incompetência de DB, mas a verdade é que os mais capazes do PSD não quiseram participar neste governo. Por isso é um governo de marmelos, indivíduos de meia tigela, inexperientes e sem sentido de Estado.

O que os tem safo, até agora, é a propaganda sobre o caos em que está o país. Uma propaganda que embora sendo irracional (na opinião deles parece que o país se transformou num país de bandidos e de ladrões) ainda pega na cabeça dos mais crédulos. Mas é uma propaganda que tem o prazo marcado. Quando tiverem de começar a mostrar serviço vai ser o diabo.

Lurdes Silva, 14-6-2002

Que venham melhores dias !!!

Depois de seis anos de uma (des)governança de indecisões, de avanço e de recuos, de medidas para calar a opinião pública, tenho dificuldades em compreender como alguns cidadãos consideram este governo como nefasto.

Custa-me a encarar as sondagens que dão novamente vitória "rosa", depois da experiência vivida. Custa-me ouvir alguns portugueses a considerarem medidas economistas como medidas de regime de ditadura, quando se esquecem que os gastos excessivos são pagos por todos, com maiores dificuldades por aqueles que auferem menores rendimentos.

Lamentam a política de contenção de despesas da RTP, que espero sinceramente que o governo não volte atrás, caso contrário cairemos novamente em políticas de portagens erradas como a da Ponte Salazar (Ah! É "25 de Abril", mas pensei que tinha sido construída antes !!!).

Assim me despeço e espero que venham melhores dias... e desculpem as minhas opiniões não terem pensado naquilo que é politicamente (in)correcto de se dizer.

Vicente Costa, 17-6-2002

Pior do que o esperado

Durão Barroso na oposição não deu nenhuma perspectiva de poder governar bem. Mas confesso que nestes dois meses ultrapassou as minhas piores expectativas. A própria escolha dos ministros é estranha. Julgo que mesmo numa perspectiva tecnocrática o PSD tem lá melhor. Decididamente formou a pior equipa. Preocupou-se em escolher os amigos e não os melhores jogadores. Ele próprio é um jogador medíocre. Não tem qualidades mínimas para treinador. Não lhe auguro grande futuro. O país está em más mãos.

Ana Mendes, 19-6-2002

Um governo a prazo

Durão Barroso já confirmou a sua incompetência para o desempenho do lugar de 1º ministro. Dentro do próprio PSD isso já é reconhecido. Não dou a este governo mais de dois anos de vida. O PSD para manter o poder vai ter de propor outro 1º ministro. Este governo durará até 2004 altura em que o PSD proporá uma completa remodelação governamental. O Loureiro é um dos que já espreita e já está a preparar o terreno. Dentro do actual governo Marques Mendes perfila-se também como possível herdeiro. A Aliança que sustenta o actual governo pode até durar mais do que uma legislatura, Durão Barroso e os patetas que o rodeiam é que não.

Ricardo Serpa Pereira, 24-6-2002